

Uma nova lei de "defesa da ordem econômica e democrática", que tramita em regime de urgência, contém um dispositivo que permite o bloqueio de bens e contas bancárias de qualquer pessoa ou empresa que seja apenas investigada por financiar ou apoiar "atos antidemocráticos". A definição vaga do termo permitirá que o governo asfixie financeiramente opositores políticos, veículos de imprensa críticos e cidadãos comuns antes mesmo de qualquer julgamento ou direito à defesa.